

Edição 237  
Abril de 2026  
Publicação do  
Sindicato dos Professores  
Municipais de Santa Maria

# primeira classe



# 2026 COMEÇOU COM LUTA

**As mesmas reivindicações, a mesma luta — e um novo alerta no horizonte. Categoria mantém pauta ignorada pela gestão enquanto reforma da previdência fica parada e sem o diálogo prometido.**

**Saiba como deixar tudo certo para a  
entrega do Imposto de Renda 2026**

**Falta de pessoal na escolas já passa de 400  
entre professores, estagiários e monitores**

## EDITORIAL

# E LÁ VAMOS NÓS! (DE NOVO)

As mesmas reivindicações, a mesma luta, e um novo alerta no horizonte

Mais um ano começa, e a realidade das professoras e professores municipais de Santa Maria segue marcada pela repetição de uma cena já conhecida: as mesmas reivindicações, ainda sem resposta concreta por parte da gestão.

Valorização salarial, condições dignas de trabalho, respeito à carreira e aos direitos históricos da categoria seguem sendo pautas urgentes — não por insistência do sindicato, mas porque nunca deixaram de ser problemas reais dentro das escolas.

Se a pauta se repete, é porque a omissão também se repete.

Mas, além da estagnação, há agora um elemento novo e preocupante: o avanço silencioso de uma possível reforma da previdência municipal. Um tema que deveria estar sendo tratado com transparência, responsabilidade e, principalmente, com participação ativa da categoria.

*Categoria mantém pauta ignorada pela gestão enquanto reforma da previdência avança sem o diálogo prometido*

No final de 2025, houve um compromisso firmado entre o Sinprosm e a Prefeitura de Santa Maria: a construção de qualquer proposta de reforma previdenciária se daria de forma conjunta, por meio de reuniões e de-

bates com os trabalhadores e suas representações.

No entanto, o que se vê até agora é demora, indefinição e ausência de diálogo efetivo.

E quando se trata de previdência, é preciso dizer com todas as letras: atraso no debate não é neutralidade — é risco.

Cada dia sem transparência e sem participação abre espaço para que decisões sejam tomadas sem o devido conhecimento da categoria, afetando diretamente o futuro de quem já dedicou — e ainda dedica — sua vida à educação pública.

*Não se trata de um tema técnico distante. Trata-se de aposentadoria, de dignidade, de segurança para o futuro.*

O silêncio da gestão, nesse caso, não tranquiliza — preocupa.

Diante desse cenário, o papel da categoria se torna ainda mais central. É preciso acompanhar, questionar, participar e, sobretudo, se manter mobilizada. A história recente mostra que nenhum direito foi garantido sem organização e pressão coletiva. Se as reivindicações seguem as mesmas, a resposta também precisa ser: unidade, vigilância e luta

*Porque quando se trata de direitos, especialmente os que impactam toda uma vida de trabalho, não há espaço para esperar, há urgência em agir.*

## CHARGE DO ELIAS



## PL 2.531/2021 – PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação reforça a importância da aprovação do Projeto de Lei 2.531/2021, que institui o piso salarial profissional nacional para funcionárias e funcionários da educação básica. A proposta representa um avanço fundamental na valorização desses trabalhadores, que exercem papel indispensável no funcionamento das escolas e na garantia do direito à educação pública de qualidade. A entidade destaca que a valorização dos profissionais da educação deve ser compreendida de forma ampla, incluindo não apenas o magistério, mas também todos os demais segmentos que atuam no cotidiano escolar.

O projeto estabelece diretrizes nacionais para a definição do piso salarial, contribuindo para reduzir desigualdades históricas entre estados e municípios e promovendo maior equidade na remuneração desses profissionais. A CNTE ressalta que a ausência de um piso nacional específico para funcionárias e funcionários da educação tem resultado em situações de desvalorização e precarização das condições de trabalho, impactando diretamente o ambiente escolar e o processo educativo.

Além disso, a proposta está alinhada ao princípio da valorização dos profissionais da educação previsto na legislação brasileira, reafirmando a necessidade de políticas públicas que assegurem melhores condições de trabalho, formação continuada e remuneração digna. Para a entidade, reconhecer o papel desses trabalhadores é também fortalecer a qualidade da educação, já que o funcionamento das escolas depende do esforço coletivo de diferentes profissionais.

A CNTE segue mobilizada pela aprovação do projeto no Congresso Nacional, entendendo que a medida representa um passo importante na construção de uma educação pública mais justa, democrática, inclusiva e de qualidade social para todos e todas.

**DIA DA MENTIRA**

# ATO DE 1º DE ABRIL LEVA CATEGORIA ÀS RUAS E AMPLIA PRESSÃO POR RESPOSTAS

*Paralisação mobiliza dezenas de escolas, reúne entidades e reforça insatisfação com falta de avanços na educação municipal*



O dia 1º de abril foi marcado por mais um forte movimento de mobilização das professoras e professores municipais de Santa Maria. Com paralisação das atividades e ato público no centro da cidade, a categoria voltou às ruas para cobrar respostas concretas da gestão municipal.

A mobilização, definida em assembleia, teve adesão expressiva: pelo menos 60 escolas participaram da paralisação ao longo de todo o dia, evidenciando o grau de insatisfação com a atual situação da rede municipal de ensino.

Com o lema “Você ainda acredita?”, o ato não foi apenas simbólico. Ele retomou o questionamento central que já vinha sendo feito pela categoria desde o ano passado: onde estão as respostas para problemas que seguem sem solução?

## Problemas antigos, sem solução

Entre as principais reivindicações levadas ao ato estão questões que se repetem: falta de professores nas escolas, escassez de monitores e estagiários, dois anos sem reajuste salarial, dificuldades estruturais nas unidades de ensino.

A avaliação da categoria é clara: não houve avanços significativos nas negociações com o

Executivo, mantendo um cenário de precarização que impacta diretamente o trabalho docente e a qualidade da educação pública.

## Mobilização ampliada

O ato também foi marcado pela presença de outras entidades sindicais, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, ampliando o alcance político da mobilização.

Participaram representantes de categorias do serviço público municipal e entidades ligadas à defesa de direitos de estudantes, como associações de familiares de crianças atípicas — que também reivindicam melhores condições de inclusão nas escolas.

A construção coletiva reforça um elemento central: a luta pela educação pública não é isolada — ela dialoga com outras demandas sociais e com a valorização do serviço público como um todo.

## Pressão que segue

Mais do que um ato pontual, a mobilização do dia 1º de abril cumpre um papel estratégico:

dar visibilidade, tensionar o debate público e pressionar a gestão por respostas concretas.

A paralisação foi utilizada como instrumento legítimo de luta para mostrar à sociedade a realidade enfrentada dentro das escolas e a urgência de medidas efetivas.

O recado da categoria é direto: sem valorização dos profissionais e sem condições adequadas de trabalho, não há como garantir uma educação pública de qualidade.

## Um movimento que continua

O ato também aponta para os próximos passos da mobilização. A forte adesão — com ao menos 60 escolas envolvidas — demonstra que a categoria segue organizada e disposta a ampliar a pressão caso não haja avanço nas negociações.

Se a pergunta que guiou o ato foi “Você ainda acredita?”, a resposta construída nas ruas aponta em outra direção: a categoria acredita, sobretudo, na força da mobilização coletiva.

E é dela que dependerão os próximos capítulos dessa luta.

# Questionário da prefeitura vira alvo de denúncia

*Sinprosm aciona Ministério Público após formulário exigir informações íntimas de mulheres; gestão nega irregularidades*

Doença do Fígado (hepatite)				Reumatismo			
Hérnia				Foi submetido a alguma cirurgia			
Doença do Nariz, Garganta, Ouvido				Fumante			
Problemas de visão				Usa drogas			
Doença do Pâncreas (Pancreatite)				Alcoolismo			
Diabetes				Obesidade			
Câncer, tumores				Pratica atividade física			
Doença da Pele				Usa algum medicamento			
Especificar:							
<b>Mulheres:</b>							
Está grávida?				Data da última menstruação			
Anticoncepção				Última revisão ginecológica			
Partos:				Gestações:			Abortos:
Seu familiar direto tem alguma doença abaixo?							
Doença	Sim	Não	Parentesco	Doença	Sim	Não	Parentesco
Diabetes				Surdez			
Doenças do Coração				Alcoolismo			
Pressão Alta				Tuberculose Pulmonar			
Câncer				Asma			
Depressão				Alergia			

Rua Venâncio Aires, nº 2277 | 3º Andar | Centro | CEP: 97010-005 | Santa Maria/RS | Brasil  
+55 (55) 3174 -1531 | atosrh@santamaria.rs.gov.br | www.santamaria.rs.gov.br

Um questionário aplicado pela Prefeitura de Santa Maria a candidatas aprovadas em processos seletivos acendeu um alerta grave: a permanência de práticas discriminatórias contra mulheres no acesso ao serviço público.

O formulário, utilizado em avaliações médicas admissionais, inclui perguntas sobre gravidez, uso de métodos contraceptivos, data da última menstruação e histórico ginecológico — informações sensíveis que não são exigidas dos homens.

Diante da situação, o Sinprosm encaminhou denúncia ao Ministério Público, apontando caráter machista e possível violação de direitos.

A crítica central é direta: há um tratamento desigual entre homens e mulheres já no ingresso ao serviço público.

Segundo o assessor jurídico do sindicato, o contraste é evidente. Enquanto mulheres são submetidas a questionamentos íntimos, não há exigências equivalentes para candidatos homens, o que reforça o caráter discriminatório do procedimento.

## Direitos ou constrangimento?

Para o sindicato, no entanto, o problema não é técnico — é estrutural. A exigência de informações íntimas exclusivamente de mulhe-

res reforça estigmas históricos, associa a capacidade de trabalho à condição reprodutiva e pode abrir margem para discriminação indireta, mesmo que não declarada.

Mais do que uma questão administrativa, o caso expõe um debate maior: até que ponto práticas naturalizadas nas instituições públicas continuam reproduzindo desigualdades de gênero?

Ao levar o caso ao Ministério Público, o Sinprosm não apenas questiona um formulário — coloca em pauta o direito das mulheres de acessar o serviço público sem constrangimentos ou suspeitas sobre seus corpos.

## Um alerta para a categoria

O episódio reforça a importância da vigilância permanente sobre direitos já conquistados.

Em pleno 2026, situações como essa mostram que a igualdade formal ainda não se traduz, na prática, em condições justas para todas e todos.

E deixam um recado claro: sem organização e denúncia, práticas discriminatórias seguem sendo tratadas como “normais”.

## FIQUE ATENTO

### A REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE MUDAR SUA VIDA

*A possível reforma da previdência municipal não é um tema distante — ela impacta diretamente o seu futuro.*

#### O que está em jogo?

- Idade mínima para aposentadoria
- Tempo de contribuição
- Valor dos benefícios
- Regras de transição

#### O que preocupa?

Apesar do compromisso firmado no fim de 2025, as reuniões de construção conjunta ainda não avançaram como deveriam. A falta de diálogo abre espaço para decisões sem a participação da categoria.

#### Por que você precisa se envolver?

*Porque mudanças na previdência:*

- Afetam quem está perto de se aposentar
- Mudam o planejamento de quem ainda está na ativa
- Podem retirar direitos históricos conquistados com luta

#### O que fazer agora?

- Acompanhe os canais do Sinprosm
- Participe das assembleias e reuniões
- Converse com colegas e fortaleça o debate na escola
- Não aceite decisões sem transparência

**DIREITOS NÃO SE DEFENDEM SOZINHOS. ELES DEPENDEM DE UMA CATEGORIA INFORMADA, ATENTA E MOBILIZADA.**

**SEM APOIO****RAIO-X DA EDUCAÇÃO: FALTAM MAIS DE 470 PROFISSIONAIS NAS ESCOLAS**

*Levantamento do Sinprosm expõe déficit de professores, monitores e estagiários e revela impacto direto no direito à educação*



Um levantamento realizado pelo Sinprosm escancara uma realidade preocupante na rede municipal de Santa Maria: faltam mais de 470 profissionais nas escolas entre professores, monitores e estagiários.

Os dados foram coletados em março de 2026, com participação de 66 das 86 escolas do município, o que confere ao estudo um retrato amplo e consistente da situação enfrentada no dia a dia das unidades de ensino. E o cenário é grave.

**Se falta professor, falta aula**

O levantamento aponta a ausência de 144 professores regentes. Na prática, isso significa que centenas de crianças estão sem o professor titular em sala de aula, comprometendo diretamente o processo de aprendizagem.

Não se trata de um problema pontual. É um déficit estrutural que impacta a organização das escolas e sobrecarrega os profissionais que permanecem em atividade.

**Lei ignorada: falta tempo para planejar**

Outro dado alarmante é o déficit de 146 professores de hora-atividade (HA), período garantido por lei para planejamento, estudo e organi-

zação pedagógica.

Sem esse tempo assegurado, professores acabam sendo deslocados para cobrir faltas, em uma lógica de improviso que descumpra a legislação e precariza o trabalho docente.

Na prática, o que deveria ser tempo de planejamento vira “tapa-buraco”.

**Inclusão comprometida**

A situação se agrava ainda mais quando se observa a falta de profissionais de apoio. Em 39 escolas consultadas, foram identificadas ausências de 100 estagiários e 160 monitores, fundamentais para o atendimento de estudantes, especialmente aqueles que necessitam de acompanhamento mais próximo.

Sem esses profissionais, a inclusão fica comprometida e o atendimento aos alunos se torna insuficiente.

**Gestão opta por remanejar e não resolver**

Diante do déficit, a resposta da Prefeitura tem sido alvo de críticas. Em vez de ampliar contratações, a gestão tem adotado medidas como a realocação de professores de hora-atividade para cobrir turmas sem regente.

Para o sindicato, a medida não resolve o problema: apenas desloca a falta de um lugar para outro.

Além disso, retira um direito garantido dos professores, aprofundando a precarização das condições de trabalho.

**Educação sob pressão**

Os números revelados pelo levantamento não deixam margem para dúvida: a educação municipal está operando no limite.

A falta de profissionais afeta: a qualidade do ensino a saúde dos trabalhadores o direito dos estudantes a uma educação adequada. Mais do que estatísticas, os dados representam salas sem professores, profissionais sobrecarregados e estudantes com seu aprendizado comprometido.

**Um problema que exige resposta**

Ao tornar públicos esses números, o Sinprosm reforça a necessidade urgente de medidas concretas por parte do Executivo municipal. Porque educação não se sustenta com improviso.

E porque, diante de um cenário como este, não há mais espaço para negar a realidade: é preciso enfrentá-la.

## ARTIGO

# EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria/SINPROSM participou do 35º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/CNTE, ocorrido nos dias 15 a 18 de janeiro de 2026, em Brasília, tendo como tema “Educação, Democracia, Sustentabilidade e Soberania”.

A CNTE foi fundada em 1990, representando mais de 1 milhão de associados, entre professores, especialistas e funcionários da educação básica pública. A história da entidade foi e está sendo construída pela permanente luta em favor da valorização profissional, piso salarial nacional, qualificação da carreira, formação técnica e defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Ainda, a atuação da CNTE em defesa da educação pública e a valorização da carreira docente no cenário nacional transformou-a em referência na América Latina e em permanente conexão com entidades mundiais deste segmento, em prol da educação.

No referido congresso, em um dos painéis, a professora Senadora Tereza Leitão, atual presidenta da Comissão de Educação e Cultura (CE) do Senado Federal, pronunciou-se sobre o papel social da educação pública e a valorização docente, destacando a necessidade urgente de intervenções dos professores nos cenários políticos do país. Na verdade, a valorização da carreira docente e a participação dos professores nos espaços decisórios para a implementação de políticas públicas consistentes e realistas são premissas fundamentais para a viabilização de uma educação pública de qualidade, com valorização efetiva de seus trabalhadores.

No entanto, a representação docente é discreta nas casas legislativas municipal, estadual e federal. Eis, então, o grande desafio: o engajamento político docente.

A participação dos professores na política precisa ser radicalizada. Historicamente, a voz dos professores não foi ouvida na construção e definição dos programas educacionais. Desta forma, o caminho a ser percorrido envolve organização coletiva e a representação docente nas câmaras de vereadores, assembleias e congresso nacional. Como sabemos, há bancadas temáticas muito bem articuladas no Congresso Nacional. E a bancada da educação?

E seguem questionamentos: a aprovação da Lei nº 14.113/2020, com alterações no funcionamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação/FUNDEB, a possibilidade da terceirização dos serviços nos espaços escolares, a ampliação do número de contratos de professores, o valor do piso nacional do magistério, a contratação de empresas privadas para realização de programas de formação e produção de material didático-pedagógico e a retirada de direitos dos profissionais da educação contemplam os interesses da sociedade civil, professores e estudantes?

Não há como negar que a presença representativa dos professores nas casas legislativas municipal, estadual e federal poderia ter afetado a aprovação de leis e emendas nefastas à educação.

O desafio está posto: o engajamento político docente na defesa de uma educação pública de qualidade e a valorização dos profissionais da educação.

*Não há como negar que a presença representativa dos professores nas casas legislativas municipal, estadual e federal poderia ter afetado a aprovação de leis e emendas nefastas à educação.*

## Imposto de Renda 2026: o que é preciso saber

*Prazo vai até o fim de maio e exige atenção com rendimentos, documentos e regras que impactam diretamente a categoria*

Professoras e professores da rede municipal de Santa Maria — tanto da ativa quanto aposentados — devem ficar atentos ao prazo e às regras da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2026, referente ao ano-base 2025.

O período de envio vai de 16 de março até 29 de maio de 2026, e a recomendação é não deixar para a última hora. Além de evitar multas, o envio antecipado facilita a organização dos documentos e reduz o risco de inconsistências.

### Estão obrigados a declarar, entre outros casos, quem:

- Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 35.584,00 no ano
- Teve rendimentos isentos ou não tributáveis acima de R\$ 200 mil
- Possuía bens acima de R\$ 800 mil até 31 de dezembro de 2025
- Realizou venda de bens com ganho de capital ou operações em bolsa.

Para aposentados e pensionistas, é importante destacar que os valores recebidos também entram no cálculo da obrigatoriedade.

### Atenção a informações equivocadas

Um ponto importante para este ano: a faixa de isenção de até R\$ 5 mil ainda não está em vigor para esta declaração. Ela só deverá valer para o próximo exercício (ano-base 2026).

Ou seja, não declarar achando que está isento pode gerar problemas com a Receita Federal.

### Documentos essenciais

Para evitar erros ou cair na malha fina, é fundamental reunir com antecedência:

- Informes de rendimentos (salários, aposentadorias, pensões)

- Informes bancários e de investimentos;
- Comprovantes de despesas médicas e educacionais;
- Documentos de compra e venda de bens (imóveis, veículos, etc.);
- Dados atualizados de dependentes (incluindo CPF obrigatório).

Também é importante informar corretamente situações como recebimento de herança, ações judiciais, pensão alimentícia e doações.

### O que pode ser deduzido?

Algumas despesas ajudam a reduzir o valor do imposto:

- Gastos com saúde (consultas, exames, cirurgias)
- Plano de saúde
- Educação (com limites legais)
- Previdência privada (em alguns casos).

Por outro lado, há despesas que não são dedutíveis, como medicamentos comprados em farmácia, vacinas e óculos (salvo quando incluídos em conta hospitalar).

A Receita Federal cruza automaticamente as informações declaradas com dados enviados por bancos, empresas, planos de saúde e cartórios.

Isso significa que qualquer divergência pode levar o contribuinte à malha fina.

### Organização é essencial

Mais do que uma obrigação anual, a declaração do Imposto de Renda é também um instrumento importante de comprovação de renda e patrimônio.

Para a categoria, especialmente diante de um cenário de arrocho salarial e debates sobre previdência, manter a documentação em dia é fundamental para garantir segurança financeira e acesso a direitos.

2 ANOS

## Prefeitura acumula mais um ano sem reajuste



A reposição salarial dos professores e professoras da rede municipal de Santa Maria segue como uma das principais e mais urgentes reivindicações da categoria. Até o momento, a Prefeitura não efetivou o reajuste de 6,2% referente a 2025, tampouco o índice de 5,4% previsto para 2026, acumulando perdas significativas no poder de compra dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Na prática, isso significa que a categoria convive com salários defasados enquanto o custo de vida segue em alta, pressionando o orçamento das famílias e ampliando a desvalorização profissional. Trata-se de uma perda real, que impacta diretamente não apenas o presente, mas também o planejamento financeiro e a qualidade de vida dos educadores.

Para o Sinprosm, a reposição não

é um ganho — é a recomposição de um direito básico. A ausência de reajuste representa um desrespeito à categoria e evidencia a falta de prioridade com a educação pública e seus profissionais.

Além disso, o não cumprimento dos índices reforça um cenário de desmotivação e sobrecarga, já agravado por problemas estruturais nas escolas, como falta de profissionais e condições inadequadas de trabalho.

Diante desse cenário, o sindicato segue cobrando a abertura imediata de negociação com o Executivo municipal e reforça: sem valorização dos trabalhadores da educação, não há como garantir ensino de qualidade.

A mobilização da categoria será decisiva para pressionar por avanços concretos e assegurar aquilo que é de direito.

## Tabela de Reposição Salarial

TABELA SALARIAL - COM O REAJUSTE DE 6,27% EM 2025								
2025	6,27%	CLASSE						
NÍVEL	Varição	A	B	C	D	E	F	G
NÍVEL 1	1,0000	1.755,26	1.930,79	2.123,87	2.336,25	2.569,70	2.827,72	3.110,33
NÍVEL 2	1,4000	2.457,37	2.703,10	2.973,42	3.270,76	3.597,59	3.958,83	4.354,46
NÍVEL 3	1,6800	2.948,85	3.243,73	3.568,10	3.924,91	4.317,11	4.750,59	5.225,37
NÍVEL 4	2,0160	3.538,62	3.892,48	4.281,72	4.709,90	5.180,54	5.700,70	6.270,42

TABELA SALARIAL - COM O REAJUSTE DE 5,4% EM 2026								
2026	5,40%	CLASSE						
NÍVEL	Varição	A	B	C	D	E	F	G
NÍVEL 1	1,0000	1.865,31	2.051,85	2.257,04	2.482,73	2.730,82	3.005,02	3.305,35
NÍVEL 2	1,4000	2.611,45	2.872,59	3.159,85	3.475,84	3.823,16	4.207,04	4.627,49
NÍVEL 3	1,6800	3.133,74	3.447,11	3.791,82	4.171,00	4.587,80	5.048,46	5.553,00
NÍVEL 4	2,0160	3.760,49	4.136,53	4.550,19	5.005,21	5.505,36	6.058,14	6.663,57

TABELA SALARIAL COM A EQUIPARAÇÃO COM PISO NACIONAL								
CLASSE								
NÍVEL	Varição	A	B	C	D	E	F	G
NÍVEL 1	1,0000	2.585,32	2.821,85	3.104,03	3.414,43	3.755,62	4.132,72	4.545,74
NÍVEL 2	1,4000	3.591,44	3.950,59	4.345,64	4.780,21	5.257,87	5.785,81	6.364,03
NÍVEL 3	1,6800	4.309,73	4.740,70	5.214,77	5.736,25	6.309,44	6.942,97	7.638,84
NÍVEL 4	2,0160	5.171,68	5.688,84	6.257,73	6.883,50	7.571,33	8.331,57	9.164,21

## ESPAÇO JURÍDICO

FOGIARINI, LOVATO &amp; SOARES ADVOCACIA

### GRAVIDEZ NÃO É DOENÇA

Inovações são boas quando acompanhadas de reflexão. Inovar por inovar, só para proclamar o novo, o diferente, o inédito, sem critério, sem cuidado, sem atenção, traz riscos, em especial o de se descobrir tarde demais que o “inédito” só o é porque no passado outros já haviam chegado à conclusão não ser boa ideia.

Alguém dentro da Prefeitura de Santa Maria achou que seria interessante inovar nas contratações de professores e professoras temporários. Fez incluir no instrumento de anamnese perguntas sobre o estado gravídico da mulher, ciclo menstrual, número de partos já realizados, abortos induzidos ou não e, inclusive, sobre episódios de tensão pré-menstrual.

Qual o objetivo disso? Não sei, aliás, difícil saber. O que importa é que é algo inédito. Nunca em nenhum processo de contratação realizado pelo Município de Santa Maria se tinha cogitado incluir tais questionamentos.

Não o foram porque isso é, não apenas proibido, mas criminoso. Segundo a Lei n. 9029 de 1995, é crime inserir em qualquer formulário ou questionário admissional perguntas ou questionamentos quanto ao estado de gravidez da mulher. Isso porque levanta a óbvia possibilidade de a mulher grávida ser preterida do cargo em função de sua condição.

É lícito, sim, ao ente público indagar quanto ao estado de saúde do candidato a cargo ou função pública.

É possível, sim, questionar quanto a diagnósticos prévios, doenças preexistentes, principalmente aquelas degenerativas e incapacitantes.

Porém, gravidez não é doença, não é degenerativa, muito menos incapacitante. O número de partos realizados e o de gestações interrompidas não são do interesse de ninguém, senão da própria mulher. A frequência menstrual tampouco é informação relevante para aferir a aptidão da mulher para o desempenho de qualquer tipo de trabalho.

Sim, é importante o ente público saber o número de filhos e dependentes de cada um de seus trabalhadores. Porém “filhos” não são sinônimo de “partos” e se a intenção fosse saber o número de dependentes, se teria perguntado também aos professores homens, num questionário social, não num prontuário médico.

A propósito, aos homens, nenhuma pergunta quanto à saúde da próstata, espermogramas, níveis de testosterona, ações de investigação de paternidade finalizados ou em curso, nada. Se a Prefeitura de Santa Maria queria inovar, inovou. E espero que pare por aqui e reflita melhor antes de inovar de novo.

*Giorgio Forgiarini é advogado militante, com curso de Direito pela Universidade Franciscana, é Mestre em Ciências Sociais e Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Ele escreve nas madrugadas de sábado.*



As coordenadoras do Sinprosm Marta Hammel e Deise da Silva participaram da I Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos, realizada em Porto Alegre (RS), de 26 a 29 de março de 2026. O encontro reuniu mais de 3.500 participantes de 40 países e teve como foco o enfrentamento ao avanço da extrema-direita, do neofascismo e do neoliberalismo, promovendo debates sobre democracia, feminismo e antirracismo.

## Venha para as oficinas oferecidas pelo Sinprosm



O Sinprosm convida professoras e professores da ativa e aposentados a participarem das oficinas que vêm movimentando o espaço do sindicato. Mais do que atividades, trata-se de momentos de cuidado, convivência e fortalecimento coletivo, fundamentais para quem vive, ou viveu, os desafios da educação pública no dia a dia.

A programação reúne diferentes modalidades pensadas para atender aos mais variados interesses e rotinas. Entre as opções estão pilates, exercícios hipopressivos, ritmos, dança, artesanato e massoterapia relaxante, distribuídas em horários ao longo da semana. As atividades promovem bem-estar físico e mental, além de incentivarem a socialização e a troca de experiências entre colegas de profissão.

Participar das oficinas é também uma forma de ocupar o sindicato,

fortalecer vínculos e construir, coletivamente, um espaço que vai além das lutas reivindicatórias. Cada encontro contribui para criar uma rede de apoio e pertencimento, especialmente importante tanto para quem está em atividade quanto para quem já se aposentou, mas segue fazendo parte da categoria.

As atividades são conduzidas por profissionais qualificados, garantindo segurança e qualidade em cada prática.

As interessadas e interessados em participar podem procurar a secretaria do sindicato para realizar a inscrição e obter mais informações sobre horários e disponibilidade de vagas. A participação é destinada a professores da ativa e aposentados, e a presença de cada um e cada uma é fundamental para manter vivo esse espaço de encontro, cuidado e fortalecimento coletivo.

**FESTIVAL**  
**dos trabalhadores**

**IGOR PERES**  
**MEMÓRIA POPULAR**

**E MAIS: PAOLA MATOS, INSETO SOCIAL, ESCOLA DE DANÇA CAMARGO, APARELHO AUDITIVO, STREET DANCE, MARTELO, MOJUBÁ, THE OLD UNCLES, MOVIMENTO DE RUA MDR E ESCOLAS DE SAMBA**

**1º DE MAIO DE 2026** | **PRAÇA DO MALLET BAIRRO PASSO D'AREIA SANTA MARIA - RS**

**ENTRADA GRATUITA** | **A PARTIR DAS 13H ATÉ AS 20H**

**FEIRA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA CRIATIVA**  
**ARRECAÇÃO DOS ALIMENTOS PARA AS COZINHAS SOLIDÁRIAS**  
**APRESENTAÇÕES TEATRAIS, DANÇA E DJ'S**

**ACESSE**  
**PRODUÇÃO: HD'arte**

**REALIZAÇÃO: CUT BRASIL**  
**CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES**  
**CTB**  
**FEDERAÇÕES E SINDICATOS FILIADOS**

Santa Maria recebe uma das edições do maior 1º de Maio da história do Rio Grande do Sul, com shows de Igor Peres, Memória Popular, Paola Mattos, Inseto Social, entre outros artistas locais e regionais.

Além da programação musical, o evento contará com feira de economia solidária, cozinhas so-

lidárias e apresentações culturais.

O Sinprosm, junto a outros sindicatos e movimentos sociais, apoia a realização do evento e convida a categoria a participar.

Na pauta: redução da jornada de trabalho, fim da escala 6x1, defesa dos serviços públicos, combate ao feminicídio, contra a pejotização e em defesa da democracia.

SINDICATO DOS PROFESSORES  
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

**Sinprosm**  
A FORÇA DOS EDUCADORES

Primeira Classe é uma publicação bimestral do  
Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria

CNPJ: 92458835/0001-08  
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040  
Santa Maria - RS  
Contato: (55) 3025-5458



PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,  
REDAÇÃO, REVISÃO E  
DIAGRAMAÇÃO:

Rodrigo Ricordi - MTB 17.101

Impressão: Jornal Gazeta do Sul  
Tiragem: 1200 exemplares

COORDENAÇÃO:

Aposentados: Vera Terezinha Simon do Monte  
Comunicação e Formação Sindical: Celma Pietczak  
Educação Infantil: Deise da Silva  
Escolas do Campo: Silvane Baptista Oliveira  
Finanças: Marta Hammel  
Organização e Patrimônio: Juliana Corrêa Moreira